

POBREZA MENSTRUAL: QUESTÕES BIOLÓGICAS OU DISCURSO DA “MONSTRUÇÃO”?

*Clara Maria Teles Rodrigues**, *Jacqueline da Silva Costa***, *Claudemir Carvalho de Sousa****

RESUMO

Esta pesquisa objetiva explorar a essência das falas destrutivas da menstruação, bem como questões envolvidas sobre domínio, além de explorar a necessidade de transformação do contexto sociodestruutivo da menstruação para o respeito corporal feminino. É pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que utiliza o Relatório Oficial do UNICEF (2021) para realizar a compreensão dos elementos da pobreza menstrual, destacando a falta de informações. O corpo teórico se respalda no sexismo, por ser um processo de verbalizações sobre a menstruação que serve à desmoralização da fase cíclica feminina. Foram analisadas doutrinas que fundamentam a diferença entre homens e mulheres, respaldada na diferença dos seus gêneros, estruturada pelo preconceito, sendo de extrema urgência que a ciência seja provocada e esclareça os aspectos negativos das reproduções dos discursos que “monstruam” a menstruação.

Palavras-chave: menstruação; gênero; corpo.

* Mestra em Relações Laborais Internacionais pela Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). Mestranda do Programa Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bacharela em Direito pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF). Professora da Faculdade Dom Adélio Tomasin, Quixadá (CE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9041-1297>. Correio eletrônico: cmteliz@hotmail.com.

** Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção (CE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6257-1288>. Correio eletrônico: jacquelinecosta.sol@unilab.edu.br.

*** Formado em Administração e bacharel em Letras. Licenciado em Inglês e Português. Professor substituto da Prefeitura de Caucaia (CE). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7407-7724>. Correio eletrônico: clausousa06@hotmail.com.

***MENSTRUAL PORVETY:
A BIOLOGICAL PHENOMENON OR “MONSTRUATION”?***

ABSTRACT

This research aims to explore the essence of destructive speeches about menstruation, as well as the issues involved in dominance, in addition to exploring the need for a transformation of the social-destructive contest of menstruation towards female body respect. This is qualitative bibliographical research, using the UNICEF Official Report (2021) to understand the elements of menstrual poverty, highlighting the lack of information. The theoretical body is supported by sexism, as it is a process of verbalizations about menstruation that serves to demoralize the female cyclical phase. Doctrines that substantiate the difference between men and women were analyzed, supported by the difference between their genders, structures by prejudice, with extreme urgency for Science to be provoked and clarify the negative aspects of the reproductions of speeches that “monster” menstruation.

Keywords: *menstruum; gender; body.*

***POBREZA MENSTRUAL:
¿CUESTIONES BIOLÓGICAS O DISCURSO “MONSTRUOSO”?***

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo explorar la esencia del discurso destructivo sobre la menstruación, así como las cuestiones relacionadas con la dominación, además de explorar la necesidad de una transformación del contexto social destructivo de la menstruación hacia el respeto corporal femenino. Se trata de una investigación bibliográfica cualitativa, que utiliza el Informe Oficial de UNICEF (2021) para comprender los elementos de la pobreza menstrual, destacando la falta de información. El marco teórico se basa en el sexismo, ya que es un proceso de verbalización sobre la menstruación que sirve para desmoralizar la fase cíclica femenina. Se analizaron las doctrinas que fundamentan la diferencia entre hombres y mujeres, basadas en la diferencia entre sus géneros, estructuradas por prejuicios. Es de

extrema urgencia que la ciencia se provoque y esclarezca los aspectos negativos de las reproducciones de discursos que “monstruizan” la menstruación.

Palabras clave: *menstruación; género; cuerpo.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo nasce com a responsabilidade de trazer informações pertinentes sobre a vulgarização social do fenômeno biológico da menstruação dadas pela existência da pobreza menstrual. Inspiradas em nossas experiências como pessoas que menstruam e por conhecermos alguns termos que são utilizados popularmente para designar a menstruação – como é o caso do “estar de bode”, resolvemos estruturar conhecimento sobre essa temática, que são fatos orientados pela (des)construção da intimidade corpórea feminina. Por envolver um público dotado de vulnerabilidade social, como é a mulher, não é uma prática que gera uma sensação de escrita fácil, principalmente por o objeto ter um dote científico complexo.

Para falar sobre os discursos que envolvem a menstruação, propõe-se desenvolver um estudo que tem como objeto um elemento que está impregnado de tabus sociais, como será demonstrado durante o desenvolvimento do artigo. A existência da pobreza menstrual expressa a tensão de linhas entre corpo, gênero e machismo, e é de utilidade tanto para as pessoas que menstruam como para o público científico que pesquisa. A questão de ser a menstruação um fato natural para a percepção de ser “monstruação” se dá pelos discursos que são construídos, buscando a marginalização dos elementos mais marcantes do corpo feminino.

O mênstruo não seria uma excreção corporal comum, tal como o suor? Qual a causa de discursos degenerativos, negativos e irônicos? Se a menstruação fosse um fenômeno do biológico masculino, seria tratada com normalidade? A problematização se dá nesse espaço da observação de um contexto de marginalização do universo da mulher. Esses pensamentos são norteadores para se estruturar a problemática deste estudo, que se preocupa em entender qual a motivação existencial dos discursos sociais de caráter degenerativo do fenômeno da menstruação?

Este artigo não se dá como um produto acabado; ao contrário, é um primeiro passo para um ideal de transformação social, onde quer que alcance a leitura. Para que isso seja possível, foi eleito como objetivo central explorar a essência dos discursos destrutivos da

menstruação e secundariamente entender o problema da corporeidade feminina e as questões envolvidas sobre domínio, além de explorar a necessidade de uma transformação do contexto sociodestutivo da menstruação para o respeito do fenômeno corporal feminino.

Para este artigo o método qualitativo bibliográfico se faz necessário, pois traz substratos elementares dos conceitos abordados e que são importantes para a compreensão do objeto. É preciso entender os significados envolvidos para poder fazer a conexão com o discurso degenerativo da menstruação, sendo as principais fontes de pesquisa: UNICEF (2021), que trabalha o conceito da pobreza menstrual; Elsimar Coutinho (1996) e Pierre Bourdieu (2002), que trazem contribuições sobre a desnaturalização da percepção menstrual, o poder de controle que foi exercido e as raízes estruturais de desigualdade sexual destinada às mulheres; e também passagens de Sherry Ortner (1979), Mirla Cisne (2014) e Simone de Beauvoir (1967).

Na segunda seção, é esclarecida a definição de pobreza menstrual no Relatório da UNICEF e o destrinchar dos seus elementos – falta de recursos materiais, infraestrutura e conhecimento sobre menstruação. É alcançada a compreensão do que é a pobreza menstrual em sua completude, que não se limita somente à falta de absorventes. Ao analisar o terceiro elemento do conceito de pobreza menstrual (ausência de conhecimento), percebe-se a violência dos discursos que são proferidos, muitas vezes com ar de sarcasmo e menosprezo, sobre a menstruação.

Na terceira seção, são trabalhadas as causas existenciais das práticas discursivas degenerativas da menstruação e a necessidade de mudança cultural sobre essas verbalizações, sendo uma condição elementar para a erradicação da pobreza menstrual e para a construção de uma sociedade justa e igualitária. É feito um nexos no contexto das ideias onde nascem os discursos marginalizados sobre a menstruação, os esclarecimentos e a necessidade de seu fim, seguido das suas considerações finais e bibliografia.

A ciência é fonte de transformação social e responsável pela condução das igualdades. Com esta pesquisa não se faz diferente, alcança-se o patamar de consciência e respeito pela corporeidade feminina, eliminando as práticas dos discursos de caráter negativo e as falas degenerativas sobre a menstruação.

2 A POBREZA MENSTRUAL E AS FALAS DESCONSTRUTIVAS

O relatório emitido pelo UNICEF (2021), *A pobreza menstrual vivenciada pelas meninas brasileiras*, representa uma síntese de dados coletados através de métodos científicos, relatando a inexistência das condições necessárias para a passagem de um ciclo menstrual satisfatório, com marcadores de desigualdades sociais, separados por regiões brasileiras, explorando os espaços dos banheiros de escolas públicas, bem como das residências de alunas das escolas, destacando que todas as participantes estão na condição de pobres ou de extrema pobreza. Esse documento da UNICEF (2021, p. 7) define o que é a pobreza menstrual:

pobreza menstrual é um conceito que reúne em duas palavras um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, vivenciado por meninas e mulheres devido à falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento para que tenham plena capacidade de cuidar da sua menstruação. É recorrente o total desconhecimento do assunto ou, quando existe algum conhecimento, há a percepção de que este é um problema distante da realidade brasileira.

Traz em seu conceito a menstruação com a ausência de três elementos: recursos, infraestrutura e conhecimentos. É necessário o entendimento sobre o que importa cada um deles, bem como a sua compreensão para o aprofundamento da matéria. O primeiro elemento como um dos caracterizadores da pobreza menstrual é a falta de recursos. Para Ferreira (1998, p. 556), recursos podem ser meios para resolver um problema, remédio, solução ou bens, haveres, posses. São recursos exemplares para a boa vivência menstrual: absorventes higiênicos descartáveis ou coletores, produtos de limpeza corporal – sabonetes ou sabão com ph compatível com a localização íntima, água apta para o consumo humano, papel higiênico, medicamentos para controlar fluxo, dores ou desconfortos que podem ser ocasionados pela menstruação, entre outros possíveis recursos, de acordo com cada necessidade humana.

A falta de condições financeiras para a compra de um simples pacote de absorventes íntimos revela a aproximação dos estigmas sociais de pobreza e marginalização, indicando mais uma condição negativa para a mulher e a menina pobre. Durante a passagem pandêmica, essa relação fica mais aparente, e, com isso, o afastamento das meninas das escolas e do processo de aprendizagem veio à tona, pois, sem condições e sem perspectivas de sobrevivência pela vulnerabilidade econômica, os itens de higiene passaram a não ser prioridade frente à necessidade alimentar e às dificuldades impostas por tamanha escassez material.

Para o público empobrecido feminino, na adequação de suas roupas, infelizmente não se leva em consideração a saúde e a intimidade, mas sim o que podem comprar com seus recursos financeiros parcos e limitados, sendo o menos oneroso possível. No caso das pessoas que menstruam na condição de extrema pobreza, normalmente usam roupas doadas. Como é observado, o zelo com o aparelho feminino não se dá somente em sede menstrual, mas, com os cuidados no dia a dia e com a falta de recursos materiais, as condições adentram cada vez mais na indignidade menstrual.

Mesmo com o absorvente nas mãos da menstruante, outros amparos são necessários, e assim não sendo, existe a possibilidade de a saúde íntima feminina ser comprometida: sem recursos o ciclo menstrual torna-se um motivo de preocupação, medo, dúvidas, constrangimento, doenças, estresse e vergonha, ocasionando o isolamento social. Sem condições de sair de casa para manter as suas relações de trabalho e estudo, práticas religiosas ou esportivas, por exemplo, ficar isolada esperando a menstruação terminar é a solução mais viável que a pessoa pobre consegue praticar e ainda mais: com a possibilidade das substituições de itens fundamentais por caseiros, não adequados ou artesanais improvisados.

Sobre esses materiais improvisados, o Ministério da Saúde (2023), através do Programa da Dignidade Menstrual, informa que eles podem causar pequenos incômodos e desconforto, calor local, irritação, coceira, reações alérgicas, infecções urinárias, doenças que causam infecções urogenitais, como é o caso da candidíase, males que podem atingir o útero, trompas e ovários, podendo levar desde a corrimentos, pruridos, infertilidade e até mesmo à morte. Os itens artesanais mais comuns são retalhos de tecido, algodão, folhas vegetais, papel e até mesmo miolo de pão.

O segundo elemento do conceito é a ausência de infraestrutura. Por infraestrutura pode-se entender uma base que irá sustentar algo, compondo instalações, serviços e equipamentos, normalmente invisíveis aos olhos do usuário e geralmente responsáveis por suportar as estruturas que oferecem o funcionamento de uma cidade; na literalidade da própria palavra: infra ("abaixo") estrutura.

A Constituição Federal, no seu art. 182, capítulo II, da Política Urbana, diz que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, sendo a infraestrutura uma composição dos serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de uma área urbana, tais como transporte, energia, telecomunicação e especialmente saneamento

básico, que envolve o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, que são objetos fundamentais para a manutenção da menstruação em condições dignas. O capítulo II da Lei Federal n.º 6.766/1979, em seu parágrafo único do artigo 4.º, que disciplina o parcelamento (divisão) do solo urbano, determina o seguinte: “consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado”.

Como é observado, não foi ocasionalmente que os pesquisadores do UNICEF elencaram a falta de infraestrutura como um dos elementos da pobreza menstrual: é chamado nesse momento o poder público, pois somente este é o responsável pelo provimento desse tipo de instalação, dos chamados serviços públicos essenciais. Além de elementares para a manutenção da qualidade de vida e saúde, envolvem também as questões ambientais no controle da coleta e destinação do descarte das residências (lixo), chamado de manejo de resíduos sólidos, canalização de água apta para o consumo humano e tratamento de esgoto.

O próprio nome dessa escassez que se relaciona com o período em que uma pessoa menstrua é denominada pobreza menstrual e revela uma ligação íntima com o advento da escassez material, com o ser pobre e estar em condições de não conseguir se prover – isso é um olhar para reflexão que possui conexão direta com as desigualdades sociais. A população pobre e periférica, localizada em áreas que não são assistidas com a infraestrutura do saneamento, destacadamente sem água tratada ou mesmo sem esgoto e coleta de lixo, tem estigmas marcantes de falta de assistência pública de elementos fundamentais para a boa vivência no dia a dia.

O terceiro elemento citado, que é a ausência de conhecimento, é peculiar. Nesse caso, não somente as pessoas pobres mas também todas as pessoas que menstruam¹, independentemente de sua condição econômica, étnica ou social, podem estar incluídas na pobreza menstrual, levadas por esse tipo de manifestação. Pode ser encarado como um elemento muito abrangente, tendo em vista ser uma condição que revela informações provenientes de fonte seguras (científicas e políticas, por exemplo), e também uma outra

¹ Não somente as mulheres devem ser levadas em consideração quando se fala em menstruação: os homens trans também devem ser incluídos nessa pauta, tendo em vista a seara dos Direitos Humanos que lhes reconhecem como homens dotados de toda uma compostura ligada ao gênero masculino, porém dotados de órgãos sexuais femininos. Fato esse que não é limitador da sua essência e personalidade, tendo em vista o direito de ser quem se deseja. Pauta extremamente necessária para a discussão sobre o público atingido pela pobreza menstrual, apesar de ser uma problemática que atinge quantitativamente a mulher – nos seus moldes tradicionais, as crianças, os homens trans e as pessoas intersexo também devem ser apreciadas e beneficiadas pelas políticas públicas.

vertente originária das informações de senso comum, a orientação familiar, o popular, os tabus e as práticas falaciosas sobre a menstruação.

Para efeitos de legislação o direito de informação é um direito da pessoa individual, correspondendo ao direito à liberdade de expressão, manifestação de opinião e transmissão das informações e está garantido na Constituição de 1988. As pessoas são dotadas de liberdade de informar e de manifestar pensamento, como é a previsão do artigo 5.º, inciso IV. Graças ao Estado Democrático de Direito garantido no Brasil, as pessoas podem exteriorizar os seus pensamentos e devem fazê-lo com cuidados, para não atingir direitos alheios, com práticas degenerativas, discriminatórias ou excludentes, que podem ser consideradas até criminosas.

Sob a perspectiva das informações, observam-se os preconceitos que atingem diretamente o universo negativo das informações populares. O relatório da UNICEF (2021, p. 5) traz exemplos que repercutem e silenciam muitas meninas que menstruam, alimentando o machismo e estabelecendo preconceito. A terminologia popular “estar de chico”, segundo a Revista Superinteressante (2017), advém do português de Portugal e refere-se ao animal porco, pois faz ligação direta com a sujeira produzida pelo animal. Estar de “regras” significa dizer que a menstruação exige comportamento diferente e regrado, ou seja, limitador na perspectiva literal da própria palavra. Menstruar popularmente pode ser chamado como “virou mocinha²”, que exige socialmente uma mudança de comportamento instantâneo ao menstruar.

O Dicionário Informal é um dos maiores *sites* de consulta em que os verbetes são definidos pelos próprios usuários, portanto qualquer pessoa devidamente logada pode preencher e contribuir com o seu conteúdo. Este é um dos perigos para o fortalecimento e prevalência da pobreza menstrual: encarar esse tipo de informação como eufemismo (figura de linguagem que suaviza, minimizando o peso de uma expressão). Destaque-se que em nada disso se enquadra, mas sim corresponde a propriedades de uma cultura machista que ironiza degenerando a figura do mênstruo.

Para agravar mais ainda: popularmente, ao se convidar uma mulher menstruada para manter relação sexual, ao se receber uma negativa, a resposta imediata é esta: “esse bode não tem cu?”. Essa resposta está no senso comum, prática discursiva violenta e desrespeitosa com o corpo feminino e remete ao exercício subserviente sexual da mulher ao homem. A

² O termo “Virar mocinha” também fala sobre estar apta à reprodução, por isso se deve ter uma mudança comportamental, que é a distancia da infância, trazendo em seu bojo uma conotação sexual. Elementar é analisar essa afirmação quando observada a pessoa que menstrua, que está em desenvolvimento. Isso pode conter uma mensagem de pedofilia, ligando um corpo que conta apenas com 11 ou 12 anos, por exemplo, à sua capacidade de poder engravidar.

afirmação é facilmente observada no vídeo exposto no *YouTube* (Ninhown, 2009) com 1.427 visualizações. O acesso a esse tipo de informação é capaz de gerar uma reprodução imediata e de difícil controle, além disso diversas são as fontes com essa mesma natureza.

Quem deseja de bom grado ser comparada a um animal fétido ao olfato humano, conhecido por ser “valente”, que dá cabeçadas nas pessoas que muitas vezes estão totalmente desatentas, ou mesmo equiparada ao animal suíno em seu chiqueiro? São esses tipos de informações populares que são direcionadas às pessoas que menstruam, são apelidos que podem ferir os sentimentos e silenciam as pessoas que menstruam sobre o assunto. Menstruou a primeira vez e tem que ser “mocinha”, independentemente de sua idade, ser exigida de uma mudança comportamental imediata? Seria oportuno falar em Menstruação ou “Monstruação”? São reflexões pertinentes sobre as informações que cercam o mundo menstrual e que precisam ser esclarecidas.

A codificação “estar doente”, direcionada à pessoa menstruada, também tem a sua presença entre as pessoas mais velhas, e esse termo popular também foi transmitido e é usado até os dias de hoje. Equipara o corpo menstruado ao estado de doença, debilitado, com a saúde limitada. Fatos como esse colaboram com a compreensão dos “apelidos”, que na verdade compõem uma linguagem de cunho negativo. Esses fenômenos linguísticos são revelações que exteriorizam os sentimentos da sociedade sobre a menstruação e contribuem com a estigmatização da corporeidade feminina.

Diversas são as manifestações sobre informações de caráter negativo acerca da menstruação, e infelizmente o público das adolescentes é muito atingido, por não serem dotadas de autonomia financeira para o seu provimento e também por não terem informações precisas sobre os fenômenos do seu próprio corpo, sendo naturalmente vulneráveis com essas condições apresentadas. Zola e Almeida (2012, p. 2) fundamentam que a adolescência também se vincula a alterações psicológicas provocadas pela cultura, condição enfática sobre os tabus e informações negativas sobre a menstruação.

O silenciar das informações sobre menstruação é tão normal que, curiosamente, se uma pessoa observar os próprios comerciais sobre absorventes higiênicos, é perceptível a ausência da palavra menstruação, mas presentes mensagens ligadas à liberdade, cenas que remontam à autonomia da vontade da mulher, como dias de trabalho ou mulheres usando roupas de tons claros. Há poucas abordagens sobre o fenômeno da menstruação, tais como a simulação de um líquido vermelho lançado no absorvente mostrando a sua capacidade de absorção: “[...] o estigma menstrual é perpetuado indiretamente pelo silêncio. A conversa sobre menstruação é

tipicamente evitada" (Johnston-Robledo; Chrisler, 2011, p. 12), pois a própria mídia não traz informações claras sobre os seus produtos, quando se trata de assunto menstrual.

Como uma mulher vai se sentir bem carregando um pacote de absorventes na rua se o próprio fabricante e sua equipe midiática não trabalham claramente a proposta de seu produto? Johnston-Robledo e Chrisler (2011, p. 11) aduzem que "os anúncios de produtos menstruais contribuíram para a comunicação do tabu [da menstruação] ao enfatizar o sigilo, evitar o constrangimento, e o frescor [de não ter contato com o sangue menstrual]". Portanto, a pobreza menstrual claramente se instala no silêncio de todos e todas, por isso a ausência de informações (bem como a informação deturpada) é um elemento necessário no seu conceito e como efeito ocorre a marginalização desta importante pauta.

A ausência de recursos, infraestrutura e informação, conforme o conceito de pobreza menstrual, resume em três únicas palavras a totalidade do universo de dignidade que é saqueado das pessoas que menstruam, não se sabendo ao certo se são invisíveis porque não se fala no assunto ou se não se fala no assunto por serem invisíveis. A relação de silêncio e invisibilidade é uma via de mão dupla para quem menstrua e somente através do poder das pesquisas científicas é possível alcançar a compreensão deste fenômeno e buscar soluções eficientes e eficazes, ao passo que se faz necessário entender a ligação entre o gênero e as relações de domínio.

10

3 A QUESTÃO DO GÊNERO E A MENSTRUÇÃO

Conforme explanado, o terceiro elemento que compõe o conceito da pobreza menstrual, falta de conhecimentos, incide sobre o reflexo comportamental da sociedade acerca da menstruação, como é vista, como se relaciona, como uma menina e futura mulher fica quando está menstruada, bem como outros fatores relativos à fisiologia feminina e ao seu comportamento emocional e como as pessoas ao seu redor se relacionam com esse fato. Lamentavelmente, estamos inseridas em uma sociedade que desnaturaliza o processo menstrual.

Os tabus sobre a normalidade de sentir dor, tais como estar menstruada é como se estivesse doente, a mulher deve estar recolhida, comportar-se de maneira diferente quando está menstruada, que o seu comportamento oscila entre a agressividade e a tristeza, não se deve cortar o cabelo no período, é pecado manter relação sexual durante a descida do

mênstruo, entre outros, são exemplos de discursos negativos em torno do ciclo menstrual que trataram de desnaturalizar o processo.

O estudo sobre a menstruação, realizado pelo professor Elsimar Coutinho (1996, p. 40-73), critica e discorda da falsa percepção da menstruação como um fato natural da mulher, que pertence a uma ordem respeitada com uma visão racional, uma excreção biológica como qualquer outra, como o suor ou a saliva, por exemplo – na verdade, o autor declara pertencer a uma estratégia cultural. Em *Menstruação, a sangria inútil*, o autor fundamenta que as mulheres são elementos destinados à ação masculina para reprodução.

Coutinho (1996) busca no contexto histórico as reflexões sobre a menstruação e os seus significados e chega à conclusão atual de que a menstruação é na verdade um sinal social de controle. Em seus estudos destaca a função e o uso de anticoncepcionais, para controlar e quantificar a menstruação. Assim é um dos processos culturais do controle de reprodução humana, exatamente por isso que mais uma vez não o percebe como natural, já que o natural seria engravidar e não regrar ou mesmo evitar a menstruação. Leva em consideração as informações que são criadas em torno da menstruação e com isso percebe uma manipulação que declina para os interesses masculinos, determinando que a mulher pertença a um espaço de serventia social. Ainda entende que, até mesmo as opiniões das mulheres acerca da menstruação, são concebidas através de dados informativos originários da sociedade patriarcal.

As concepções de informação que cercam uma pessoa influenciam seu modo de vida. Esse processo também ocorreu na construção da visão cultural da menstruação, devido à gama de informações que foram compartilhadas a seu respeito. Bourdieu (1989, p.7) percebe essa relação entre o pensamento humano e a sociedade na instauração da cultura. Isso se faz em razão da relação de domínio, conforme demonstra abaixo:

existe uma correspondência entre as estruturas sociais e as estruturas mentais, entre as divisões objetivas do mundo social – notadamente entre dominantes e dominados nos diferentes campos – e os princípios de visão e de divisão empregados pelos agentes.

As concepções racionais sobre a natureza menstrual são ultrapassadas com as concepções culturais que foram construídas pelos seus agentes de formação das diretrizes da informação, inserindo o denominado *habitus* em Bourdieu, que nada mais é que a aceitação, validação e reprodução de determinado comando mental que tem por consequência a repercussão social. O mênstruo passa a ter uma moradia definitiva e muito desconfortável no

habitus social. Isso é perceptível através dos tabus, eufemismos e terminologias populares que negativam a menstruação.

A interatividade com as simbologias femininas passou por um longo período de construção de informações (que não partiram das próprias mulheres até porque, por força da sociedade machista, não lhes era dado o direito de expressão e manifestação) sobre o seu próprio corpo e seus elementos. Essa incidência passou a ser concebida socialmente, trazendo então a plena aceitação de premissas masculinas sobre a socialização cultural do corpo da mulher – que a menstruação está contida em verdades absolutas que prevalecem até os dias de hoje e, de uma forma dissimulada, assumiram o perfil de informações naturais, conforme Bourdieu (2002, p. 156) demonstra abaixo:

o corpo biológico socialmente modelado é... um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais.

A passagem doutrinária sobre o corpo biológico (natural) revela que recebeu uma carga de informações sociais ao ponto de qualificá-lo, ou seja, existe uma concepção formada socialmente sobre a qual prevalece uma capa acerca do que biologicamente (naturalmente) ele é. A visão androcêntrica colocou um aspecto próprio, que lhe foi particular na visão do corpo feminino, impondo determinantes que foram irrigadas para a cultura e a história, marginalizando culturalmente a mulher e os seus elementos, nos quais se inclui a menstruação, por obviamente estar contida no corpo feminino.

O mundo social patriarcal construiu o corpo feminino como realidade sexuada depositária de princípios limitantes através da divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (Bourdieu, 2002, p. 10).

O controle social da menstruação tem um percorrer que está ligado diretamente ao padrão hegemônico global sexista e é fortalecido pelo capitalismo, que, através da divisão de papéis na sociedade, segmentou os gêneros, entregando à mulher um espaço privativo de caráter doméstico, subserviente e subordinado; para os homens, as vantagens voltadas à atividade externa e marcada por remuneração. Silvia Federici (2017, p. 232) declara que “a

construção de uma nova ordem patriarcal, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculino, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo”. É importante alertar que não há relação serviçal sem a incidência do domínio e controle.

Não haveria como restringir os espaços sociais e a voz da mulher sem atingi-la integralmente, incluindo a menstruação, portanto é seguro afirmar que o mêsstruo necessitou ter uma passagem negativa na percepção social, através dos misticismos e crenças que foram criados e reproduzidos por longos anos, existindo até hoje.

A visão relacional do sexo entre homem e mulher é caracterizada pela desigualdade de gênero em seus direitos no campo social, embasada no desrespeito e menosprezo das capacidades femininas. Em uma visão de Mirla Cisne (2014, p. 89), essas práticas limitantes negativas do gênero feminino, caracterizando as desigualdades, possui relação direta com o mercado de trabalho levado pela divisão do trabalho pelo sexo, categorizando homens (ao viés da produção e criação) e mulheres (viés restrito de reprodução) sociais diferentes.

Para as pessoas que imaginam essa relação sexista de menosprezo ao gênero feminino é fato passado, para esclarecer e trazer conhecimentos respaldados, atualmente, ano de 2024, a equiparação salarial entre homens e mulheres. Esta foi tema em processo julgado no Tribunal Regional do Trabalho da 8.^a região (Pará e Amapá), no qual uma funcionária (mulher) de um banco recebia valores remuneratórios e vantagens diferenciadas para menor dos funcionários do gênero masculino e estava exercendo a mesma função. A Desembargadora Suzy Kouri esclareceu para o TRT (2024) o teor da sua decisão, junto ao processo TRT-ROT 1.^a Turma.n.º 0000-927-34.2019.5.08.0007, que obedeceu ao Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ – Portaria CNJ n.º 27, de 2.2.2021:

em síntese, [o Protocolo] estabelece que todos os tribunais brasileiros deverão considerar as especificidades das pessoas envolvidas nos processos, quer sejam de gênero, quer de identidade sexual, a fim de evitar preconceitos e discriminações. A importância do protocolo é incontestável, pois há diversos casos em que a condução do processo pelo juiz acaba por revitimizar as pessoas que sofreram a discriminação, reproduzindo as desigualdades. A utilização do Protocolo, por certo, garante avanços na efetivação da igualdade e nas políticas de equidade.

Mas o que conduz o pensamento de um empregador de hoje³ ao fazer diferença na capacidade de trabalho entre homem e mulher, mesmo com tantas legislações que proíbem tal

³ Sobre a menstruação e o ambiente de trabalho, não existe uma lei nacional que a discipline. Está tramitando na Câmara dos Deputados um projeto que possibilita três dias consecutivos de licença às mulheres que comprovem problemas menstruais, sem prejuízo salarial. No Distrito Federal, já é lei que as funcionárias públicas que comprovem dores durante o período de menstruação tenham três dias de licença menstrual

conduta? *In casu*, existe a força da estrutura que vincula as práticas do domínio do homem sobre a mulher, que saiu dos antigos e tradicionais lares e veio para a divisão sexual do trabalho, trazendo as mesmas raízes que concederam às mulheres a função elementar de cuidar das pessoas que estão ao seu redor, em caráter doméstico e socializando um espaço inferior no exterior público (Abramo, 2007, p. 6) com o seu valor e papel subvalorizado.

Portanto, as observações sobre a divisão do trabalho, observando a capacidade de produção do homem e da reprodução da mulher, estruturou e estrutura ainda a desigualdade de gênero e, em ato contínuo, concedendo virtudes e valores ao espaço masculino e um nível rebaixado da mulher, que é aliado pelo caráter do trabalho doméstico que sempre lhe foi concedido. A força laboral do gênero feminino é desvalorizada por uma construção que foi erigida ao longo de muito tempo na história, prevalecendo até os dias de hoje.

A visão eleita para o mundo produtivo destinado ao homem e ao universo reprodutivo da mulher se dá pela atribuição da universalidade de convicções sociais estabelecidas sobre o que seria natural para a mulher. Ortner (1979) previu que para a mulher foi considerado natural engravidar, parir, amamentar, menstruar. Percebe que ela está limitada pela sua própria natureza, as suas fases naturais do corpo feminino; assim respaldariam a determinação de um comportamento diferenciado, dentro de limitações. Portanto, o corpo e o gênero feminino foram rotulados como desvantajosos por suas diferenciações corpóreas.

Sobre esse panorama, Strathern (1992, p. 181) revela que a bifurcação de contextos que estão relacionados entre natureza e cultura sofrem também as incidências ideológicas dos grupos em que estão localizados. Por esse aspecto, o que seria natural e cultural sobre o corpo do homem e da mulher possui mais um fato que mescla uma gama de outros elementos (fatores ideológicos), tais como políticos e religiosos, por exemplo, que agravaram mais ainda a questão do domínio, e a mulher passa a pertencer a subcategorias humanas, de acordo com a visão ou fator em que é observada, condições existentes pela força dos diálogos acerca da menstruação.

Simone de Beauvoir (1967, p. 50-52) traz importantes reflexões sobre a pauta da primeira menstruação, afirma que é o divisor de águas entre o encerramento da infância e o início da fase da capacidade reprodutiva da pessoa, e assim nasce o verdadeiro papel subalterno junto ao homem. Por essa razão, muitas vezes a menstruação é encarada com sentimento de rebeldia, constrangimento ou mesmo revolta. Sobre esses tipos de sentimentos,

remunerada. Essas legislações fazem parte do conjunto de políticas públicas voltadas à mulher e à menstruação.

esclarece que, antes da menarca, a menina não possui essa relação negativa com o próprio corpo. Essa atribuição da menina menstruada para ser “mocinha” é um *status* que lhe é concedido, e os seus efeitos estão ligados diretamente ao processo da reprodução humana.

Por toda essa análise, a diferença declarada entre os gêneros, que buscou fundamento nas concepções biológicas, deixa muito perceptível a estrutura social embasada em desigualdades de gênero e com reflexos que se irradiaram nas relações de trabalho, com repercussões até nos dias de hoje, irrigando esse comportamento baseado em discriminação e exclusão social dos espaços da mulher, sendo as verbalizações, tabus, eufemismos, materiais da *internet* a fonte dos discursos degenerativos e de práticas de violência contra a menstruação, devendo haver com urgência uma reversão desses (des)valores implantados na sociedade.

A Ciência é uma responsável na manutenção das vidas femininas, para que tenham um futuro menos árduo que o das nossas ancestrais, sofrimento esse que foi ocasionado pela guerra sexista. Muitas vidas foram sacrificadas ao longo de toda história e, em razão da proteção de uma coletividade, que tão somente buscou o sonho da igualdade entre os gêneros, tendo o direito de existir dentro de condições normais. Algumas foram enforcadas, queimadas vivas, torturadas, seus corpos violados sexualmente, tão somente por não se comportarem dentro dos padrões patriarcais determinados ou mesmo por não terem aceitado ser dominadas. Essa é uma pauta complexa, histórica e multifacetada, porém esses efeitos ainda persistem até os dias atuais. Segundo Hirigoyen (2006, p. 75),

historicamente, o homem sempre foi considerado o detentor único do poder, e as mulheres sempre se viram excluídas dele, isso condicionou o modo de pensar de ambos, desde o berço: é assim, porque sempre foi assim! Essa representação social, partilhada por todos, ainda mantém os estereótipos, apesar da evolução dos costumes.

Impossível é se desfazer de um passado humano negativo culturalmente falando, quando este ainda estrutura as condições comportamentais nos dias presentes, restringindo a seara dos direitos e da dignidade humana, trazendo desigualdades sociais e simulando naturalidade em um contexto de pura dominação e redução de espaço participativo na sociedade. Razão esta que faz importante a trajetória de elucidar os seus reflexos, a fim de alcançar com racionalidade respostas adequadas sobre a percepção da menstruação em condições de escassez. Por mais que mulheres tenham lutado, atualmente a menstruação é vítima de transgressões de direitos. Ianne (1993, p. 33) estrutura o conhecimento deste modo:

talvez se devesse dizer que terminou um ciclo particularmente importante de luta de classes, em escala nacional e internacional. Mas não terminaram as desigualdades, tensões e contradições que estavam e continuam a estar na base da vida das nações e continentes. Esse pode ser apenas um ponto de inflexão histórica, assinalando o fim de um ciclo e o começo de outro.

Pensar no objeto central e sobre todos os elementos requer literaturas que tragam conexões entre esses elementos, pois a pobreza menstrual inicia no tempo presente os seus passos na exploração do conhecimento do fenômeno. Cabem muitas reflexões sobre a interação da menstruação com o próprio corpo, com o meio e com o estranho, para alcançar o comportamento da sociedade e como elas se relacionam, percebendo os conflitos que podem excluir as pessoas envolvidas no fenômeno menstrual e buscando as soluções, esse é o papel da ciência. A produção do saber se faz como uma ferramenta fundamental para o romper das estruturas míticas sociais. Nas palavras Japiassu (1976, p. 14), a ciência é a consciência do mundo.

As práticas verbalizadas em torno da pobreza menstrual, elencadas como o terceiro elemento, na falta de conhecimento, precisam perder o caráter de ironia, tendo em vista que são lançadas contra meninas e mulheres que menstruam, sendo um mecanismo dissimulado de exclusão e diferença sexista, fragilizando o corpo da mulher e seus elementos. Assim como houve um processo de (des)construção menstrual, tornando-a monstruosa para muitas pessoas, deve acontecer um processo reverso: esclarecimentos sobre esses métodos, infelizmente reproduzidos pelas próprias mulheres na corrente de informação segura e confiável, para assim ocorrer a conscientização e a naturalização dos fenômenos dos corpos femininos.

É importante destacar o necessário papel dos movimentos sociais de lutas e a sua contribuição à Ciência. Podem-se citar as conquistas sociais, como a dignidade e a equidade de direitos no espaço familiar, o ambiente seguro e igualdade salarial, os direitos trabalhistas, o direito ao voto, algumas liberdades sobre o próprio corpo, a proteção da Lei Maria da Penha, Femicídio e do “Não é não”, o reconhecimento de uniões com pessoas do mesmo sexo, entre outros temas. Estas são conquistas importantes que devem ser sempre aclamadas como exemplos de inquietação e insatisfação que mobilizaram as mulheres do mundo todo.

Para combater a pobreza menstrual, no Brasil existe o Programa da Dignidade Menstrual, sendo o conjunto de políticas públicas que buscam a saúde e o bem-estar das pessoas que menstruam através da distribuição de absorventes descartáveis e promovendo a conscientização sobre a naturalidade do ciclo menstrual, equidade de gênero, justiça social,

educação e direitos humanos, por força da Lei n.º 14.214/2021 e do Decreto Presidencial n.º 11.432/2023.

A menstruação pode ser considerada um evento biológico que caracteriza o gênero feminino e compõe os bens que envolvem a intimidade das mulheres. Exatamente por estruturar o biológico feminino ou por que lhe é significativo para que se sinta uma mulher “normal” para se fazer parte pertencente a este gênero, não ficou alheia ao processo de sua estigmatização, razão que fez o universo masculino tomar posse e silenciá-la também. Há uma retroalimentação de controle em todos os elementos ligados à mulher: como a existência da mulher é controlada, o seu comportamento e os seus elementos, por isso possui ligação direta com a pobreza menstrual, tendo em vista a mulher ser a vítima, antes mesmo da menarca. Através dos estudos, políticas públicas e conhecimento, é possível o combate da pobreza menstrual e a construção de corpos conscientes.

4 CONCLUSÃO

A menstruação foi uma pauta negligenciada por muitos anos. Os recentes estudos da pobreza menstrual nos levam ao universo complexo que envolve a exclusão social da mulher, através dos processos de informação que são produzidos e reproduzidos pela cultura. O próprio documento expedido pelo UNICEF traz passagens sobre as questões dos “eufemismos” concedidos à menstruação, a fim de ironizar e tentar trazer bom humor ao fenômeno biológico.

Na verdade, é demonstrado que se trata de uma prática advinda da cultura machista, em prol da manutenção da relação de domínio, fazendo com que a menstruação seja ridicularizada e seja motivo de vergonha para a pessoa que menstrua e o meio que se encontra. A desnaturalização do mênstruo se deu como um dos mecanismos de controle, e é preciso uma trajetória longa em busca da reversão desse fato.

O terceiro elemento, a falta de conhecimentos, atinge uma perspectiva muito mais ampla, pois os dois primeiros atingem diretamente as desigualdades sociais. A falta de conhecimento traz um importante mecanismo comportamental na sociedade, pois, com a ausência ou dificuldades de informações seguras, o conhecimento produzido passa a ser reproduzido e transmitido por gerações, exatamente como ocorreu com o processo do machismo, a sobreposição do homem em relação à mulher, condição essa muito complexa para ter os seus efeitos revertidos, porém não impossível, tudo depende de um vasto processo de informações válidas que precisam ser difundidas.

Infelizmente as falácias, os discursos de ódio, os tabus, as piadas sobre a menstruação incidem diretamente no comportamento humano, gerando principalmente o silêncio entre as pessoas. Com isso o risco de outros problemas é um caso a se pensar, como, por exemplo, uma pessoa calada por fortes dores, podendo estar guardando uma doença, por considerar que é normal a incidência de dor durante a menstruação. O isolamento social é o principal fator ocasionado pela pobreza menstrual, seja pela falta de recursos, seja pela falta de informações.

A ciência tem um papel fundamental no proceder da igualdade do gênero e o combate da pobreza menstrual, através do conhecimento racional que as falas e verbalizações podem gerar mudança cultural, porém para que isso aconteça é necessária uma força-tarefa sobre esses mecanismos. São as mais destacáveis as políticas públicas e o poder da educação, passo que será feito com o desenvolvimento deste trabalho, transformando meninas e mulheres oprimidas em corpos conscientes e com autonomia das suas vontades. Também é uma possibilidade de análise dos resultados das atuais política públicas que estão sendo aplicadas.

Muito rapidamente, em nota de rodapé, explicitamos sobre o público que é atingido pela pobreza menstrual, e se destaca para contribuições da continuidade do estudo a determinação das pessoas envolvidas. Para efeitos de recorte e por uma questão de obviedade, o número de mulheres atingidas pela pobreza menstrual e os discursos e práticas de violência são indiscutivelmente assustadores, porém não tiram o mérito de homens trans, crianças e pessoas intersexo serem assinaladas também.

Há várias fontes que devem ser citadas, com o desenvolvimento da pesquisa: músicas, poemas, brincadeiras da infância, diversas outras fontes sociais poderão ser analisadas e que tiveram o condão de desconstruir o corpo feminino e, em especial, a menstruação, dando mais solidez à “monstruação”, que aqui foi inicialmente pensada.

Essa pesquisa na verdade não termina aqui, ao contrário, ela deu o seu primeiro grande passo. Assim como as meninas, ela vai crescer e ter orgulho do que é, agregando valores onde passar, transformando vidas, diminuindo as dores (mesmo que sejam as cólicas), trazendo compreensão onde não existe, quebrando tabus e construindo leis para deixar a menstruação cada vez mais legal – literalmente. O corpo é uma parcela significativa do ser, sendo ele a materialidade que a essência da pessoa humana é representada, e a menstruação não pode ser uma barreira existencial; ao contrário, ela faz parte da própria existência da mulher!

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho:** uma força de trabalho secundária? Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.
- BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kulhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d’État:** grandes écoles et esprit de corps. Paris: Éditions de Minuit, 1989.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. **Lei Federal nº 6.766/1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm. Acesso em: 10 maio 2024.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Oficial do Ministério da Saúde. **Dignidade menstrual:** Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual beneficiará 8 milhões de pessoas. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/03/dignidade-menstrual-programa-de-protecao-e-promocao-da-saude-e-dignidade-menstrual-beneficiara-8-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 1 mai. 2024.
- BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho, 8ª Região – Pará, Amapá. **Equiparação salarial entre homens e mulheres é tema em processo julgado no TRT-8**. Belém, 2024. Legislação garante que trabalhadores homens e mulheres na mesma função tenham igualdade salarial. Disponível em: <https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/equiparacao-salarial-entre-homens-e-mulheres-e-tema-em-processo-julgado-no-trt-8>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- COUTINHO, Elsimar. **Menstruação, a sangria inútil**. São Paulo: Ed. Gente, 1996.
- FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Editora Positivo Ltda, 1998.
- HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal:** da coação psicológica à agressão física. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e a patologia do saber**. Rio de Janeiro: ImagoLTDA, 1976.

JOHNSTON-ROBLEDO, Ingrid; CHRISLER, Joan C. **The menstrual mark: menstruation as social stigma**. Berlim: Springer Science; Business Media, 2011.

ORÁCULO. **Superinteressante**, São Paulo, 2017. Disponível: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/por-que-as-pessoas-chamam-menstruacao-de-chico>. Acesso em: 10 maio 2024.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? *In*: ROSALDO, M.Z.; LAMPHERE, L.(org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

STRATHERN, Marylin. **Reproducing the future: essays on anthropology, kinship, and the new reproductive technologies**. Manchester: Manchester University Press, 1992.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Fundo de População das Nações Unidas. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatoriounicef-unfpa_. Acesso em: 2 maio 2024.

NINHOWN. **Esse bode não tem cu não?** YouTube. Data de Publicação: 26 fev. 2009. Duração: 00:01:05. Disponível em: <https://youtu.be/VKIc3IS2f4?si=4dvDbNldodkRwdIw>. Acesso em: 12 maio 2024.

ZOLA, Cleber Juliano; SCHIAVO, Rafaela de Almeida. **Um olhar psicanalítico sobre a menstruação**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.imessm.edu.br/wpcontent/uploads/2014/07/UM-OLHAR-PSICANAL%C3%8DTICO-SOBRE-AMENSTRUA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

Recebido em: 12 maio 2024.

Aceito em: 16 ago. 2024.